



PROGRAMA DE ENSINO

DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL E COMPARADO

Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Profissional

Políticas Brasileiras de Acordos de Bitributação

Professores Dr. Victor Borges Polizelli e Dr. Luís Flavio Neto

2024.2

EMENTA

A disciplina de políticas brasileiras de acordos de bitributação objetiva envolver os alunos em atividades práticas voltadas à análise comparativa meticulosa dos acordos e protocolos brasileiros assinados no passado mais recente, questionando-se sobre as principais mudanças e as tendências em relação à rede de tratados brasileira. Esta disciplina toma como ponto de partida as pesquisas realizadas durante a preparação do capítulo brasileiro à obra digital Global Tax Treaty Commentaries do IBFD e proporciona uma imersão completa nos detalhes intrincados dos acordos de bitributação brasileiros, ressaltando as diferenças da política tributária internacional brasileira em relação aos modelos da OCDE e da ONU.

METODOLOGIA

Em cada uma das aulas, os alunos serão envolvidos num trabalho conjunto de análise comparativa detalhada de 3 a 6 artigos dos acordos de dupla tributação (ADTs) selecionados, bem como num trabalho comparativo dirigido a artigos selecionados de toda a rede de tratados 2 de 13 brasileira. Mais especificamente, serão objeto de análise exaustiva neste 2º semestre de 2024 os seguintes acordos de dupla tributação (“novos ADTs”):

- Novo Protocolo ao ADT Brasil-Singapura, assinado em 2023 (pendente de ratificação)
- ADT Brasil-Colômbia, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- Novo ADT Brasil-Noruega, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- ADT Brasil-Polônia, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- ADT Brasil-Reino Unido, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- Protocolo Brasil-Chile, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- Protocolo Brasil-China, assinado em 2022 (pendente de ratificação)
- Protocolo Brasil-Índia, assinado em 2022 (pendente de ratificação)

As discussões desta disciplina deverão buscar compreender:

- (i) quais formatos os respectivos artigos dos novos ADTs teriam em vista das Convenções-Modelo de Dupla Tributação da OCDE e da ONU;
- (ii) qual modelo (OCDE ou ONU) foi adotado nos novos ADTs;
- (iii) quais variações podem ser observadas em artigos dos novos ADTs que divergem da rede de tratados brasileira;
- (iv) se as variações nas cláusulas dos ADTs brasileiros podem refletir particularidades da política de tratados do outro Estado contratante, da região geográfica do outro Estado contratante, da força econômica das partes etc.



Exceto pela primeira aula, esta atividade deverá sempre precedida de uma preparação prévia dos alunos, voltada a estudos e organização de materiais de trabalho para permitir que os encontros presenciais nas aulas sejam direcionados à discussão de problemas concretos, mudanças e tendências da política brasileira de acordos de bitributação.

Os alunos terão acesso e irão auxiliar no aprimoramento de base de dados analítica da rede de tratados brasileiro. A cada quinzena, os alunos deverão previamente alimentar a base com os dados pertinentes dos novos ADTs e apresentar sugestões de classificação dos novos artigos, ressaltando mudanças na política brasileira de tratados, quando pertinente.

Para cada aula de seminário, um artigo dos ADTs brasileiro foi selecionado para a realização de análise detalhada dos seus elementos, voltada à elaboração de tabela ilustrativa prática. O(s) aluno(s) responsável(eis) pela elaboração da tabela de cada aula deverão trazer uma versão preliminar para discussão na aula correspondente. Durante as aulas, todos os alunos serão requisitados a fazer considerações sobre os dados analisados, propondo encaminhamentos para as discussões e apresentando conclusões na perspectiva comparativa dos novos ADTs com a rede de tratados brasileira.

Após as aulas, cada aluno deve preparar individualmente arquivo comparativo dos artigos dos novos ADTs, seguindo o formato da base de dados de ADTs e enviar essas contribuições de acréscimos encaminhando e-mail para vpelizelli@ibdt.org.br / vpelizelli@klalaw.com.br / clamoreira_@hotmail.com até a primeira quinta-feira seguinte a cada aula.

A versão final da tabela ilustrativa de cada aula deverá ser enviada pelo(s) aluno(s) responsável(eis) por sua elaboração em formato final apenas no final do curso, em conjunto com o artigo científico individual.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados com base em três critérios: (i) materiais comparativos dos artigos dos novos ADTs submetidos quinzenalmente após cada aula de seminário; (ii) participação e contribuição nas discussões em sala de aula, (iii) artigo individual a ser apresentada ao final do curso.

A média mínima para aprovação será 7,00 (sete), sendo composta por três notas, com os seguintes pesos: seminários 30%; participação 30% e artigo 40%. O aluno que não atingir a média mínima exigida será considerado reprovado. Não serão efetuadas avaliações suplementares ou de recuperação.

Artigo científico

Ao final do curso cada aluno deverá elaborar artigo científico individual para abordar tema específico associado a um ou mais artigos dos novos ADTs, ressaltando sua importância na atual política brasileira de acordos de bitributação. O artigo deve ser escrito seguindo as orientações de formato e citações constantes das diretrizes para autores, na página eletrônica da Revista de Direito Tributário Internacional Atual do IBDT.

Prazo para entrega do artigo: 10/janeiro/2025



AULA 1	TEMAS DA AULA: Artigos 3 e 12 dos ADTs brasileiros	09.08.2024
Temas abordados	Definições gerais e royalties (com enfoque em software).	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Avaliação das soluções de consulta Cosit envolvendo software em contraposição aos Comentários da OCDE ao Modelo de ADT.	
Professores	Luís Flávio Neto	
Responsáveis		
Leitura obrigatória	POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 4 e 13. OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 3 and 12, p. 94-104, 271-290, 612-613, 636-640. United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 3 and 12, p. 149-164, 351-389.	
Leitura complementar	A.P.B. Saunders, O Conflito entre os Artigos 7, 12 e 21 dos Acordos para Evitar a Dupla Tributação e a Interpretação da Receita Federal quanto ao IRRF e à CIDE nas Remessas de Valores ao Exterior, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 197-234. D.V. Bellan, Interpretação dos Tratados Internacionais em Matéria Tributária, in Direito Tributário Internacional Aplicado, v. III (H.T. Tôrres, ed. Quartier Latin, 2005), p. 605-670. J.J.P. Goede, The Future of the Taxation of Software Payments: Reflections on the Proposal to Amend Article 12 of the UN Model as Discussed by the UN Tax Committee in April 2021, Bulletin for International Taxation 2021 (Volume 75), No. 11/12.	

AULA 2	TEMAS DA AULA: Artigos 5 e 7 dos ADTs brasileiros.	23.08.2024
Temas abordados	Estabelecimento permanente e lucros das empresas.	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Aprimoramento da análise comparativa dos art. 5 (estabelecimento permanente) e 7 (lucros das empresas) na rede de tratados brasileira.	





Professores	Victor Borges Polizelli
Responsáveis	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 6 e 8.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 5 and 7, p. 116-169, 173-218, 615-623, 625-630.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 5 and 7, p. 178-254, 258-285.</p>
Leitura complementar	<p>A. Carvalho et al., Recusa Artificial ao Estabelecimento Permanente: BEPS Action 07, in A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento, v. II (M.L. Gomes & L.E. Schoueri, ed. Lumen Juris, 2016), p. 75-114.</p> <p>R. Apelbaum, O Conceito de Estabelecimento Permanente: Evolução do Conceito e as Alterações Propostas pelo Plano da Ação 7 do BEPS, in A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento, v. II (M.L. Gomes & L.E. Schoueri, ed. Lumen Juris, 2016), p. 53-74.</p> <p>L. Flávio Neto, V.B. Polizelli, Filiais e estabelecimentos no Brasil: métodos de contabilização, questões tributárias em operações societárias e possíveis vantagens de filiais estrangeiras, in Controvérsias Jurídico-Contábeis, v. 4. (G.Vettori et al., ed. Atlas, 2023), p. 517-535.</p> <p>M.S. Vianna & I. Brasil, O Artigo 7º da Convenção Modelo da OCDE e dos Acordos Bilaterais Celebrados pelo Brasil, e a Respectiva Tributação na Importação de Serviços, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 151-196.</p> <p>A.P.B. Saunders, O Conflito entre os Artigos 7, 12 e 21 dos Acordos para Evitar a Dupla Tributação e a Interpretação da Receita Federal quanto ao IRRF e à CIDE nas Remessas de Valores ao Exterior, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 197-234.</p>



AULA 3	Tema da Aula: Artigos 12-A, 12-B e 14 dos ADTs brasileiros.	20.09.2024
Temas abordados	Serviços técnicos, serviços digitais e serviços pessoais independentes.	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Aprimoramento da análise comparativa dos art. 12 (royalties) e 14 (serviços pessoais independentes) na rede de tratados brasileira.	
Professores Responsáveis	Luís Flávio Neto	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 13 e 15.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 6, 7, 13 and 21, p. 170-218, 291-303, 369-372, 624-630, 640,646.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 6, 7, 13 and 21, p. 255-285, 476-501, 581-586.</p>	
Leitura complementar	<p>B.J. Arnold, “The Taxation of Income from Services under Tax Treaties: Cleaning Up the Mess – Expanded Version” (2011) 65(2) Bull. Intl. Taxn.</p> <p>A.P.B. Saunders, O Conflito entre os Artigos 7, 12 e 21 dos Acordos para Evitar a Dupla Tributação e a Interpretação da Receita Federal quanto ao IRRF e à CIDE nas Remessas de Valores ao Exterior, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 197-234.</p> <p>A.P.B. Saunders, O Conflito entre os Artigos 7, 12 e 21 dos Acordos para evitar a Dupla Tributação e a Interpretação da Receita Federal quanto ao IRRF e à CIDE nas Remessas de Valores ao Exterior, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 197-234.</p>	



AULA 4	TEMAS DA AULA: Artigos 5 e 7 dos ADTs brasileiros.	04.10.2024
Temas abordados	Estabelecimento permanente e lucros das empresas.	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Aprimoramento da análise comparativa dos art. 5 (estabelecimento permanente) e 7 (lucros das empresas) na rede de tratados brasileira.	
Professores Responsáveis	Victor Borges Polizelli	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 6 e 8.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 5 and 7, p. 116-169, 173-218, 615-623, 625-630.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 5 and 7, p. 178-254, 258-285.</p>	
Leitura complementar	<p>A. Carvalho et al., Recusa Artificial ao Estabelecimento Permanente: BEPS Action 07, in A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento, v. II (M.L. Gomes & L.E. Schoueri, ed. Lumen Juris, 2016), p. 75-114.</p> <p>R. Apelbaum, O Conceito de Estabelecimento Permanente: Evolução do Conceito e as Alterações Propostas pelo Plano da Ação 7 do BEPS, in A Tributação Internacional na Era Pós-BEPS: Soluções Globais e Peculiaridades de Países em Desenvolvimento, v. II (M.L. Gomes & L.E. Schoueri, ed. Lumen Juris, 2016), p. 53-74.</p> <p>L. Flávio Neto, V.B. Polizelli, Filiais e estabelecimentos no Brasil: métodos de contabilização, questões tributárias em operações societárias e possíveis vantagens de filiais estrangeiras, in Controvérsias Jurídico-Contábeis, v. 4. (G.Vettori et al., ed. Atlas, 2023), p. 517-535.</p> <p>M.S. Vianna & I. Brasil, O Artigo 7º da Convenção Modelo da OCDE e dos Acordos Bilaterais Celebrados pelo Brasil, e a Respectiva Tributação na Importação de Serviços, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 151-196.</p>	



	A.P.B. Saunders, O Conflito entre os Artigos 7, 12 e 21 dos Acordos para Evitar a Dupla Tributação e a Interpretação da Receita Federal quanto ao IRRF e à CIDE nas Remessas de Valores ao Exterior, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 197-234.
--	---

AULA 5	TEMA DA AULA: Artigos 15, 16 e 17 dos ADTs brasileiros	18.10.2024
Temas abordados	Rendimentos de emprego, remuneração de direção, artistas e desportistas.	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Seleção de artigos dos novos ADTs e preparação de tabela com análise comparativa dos art. 15 (rendimentos de emprego) e 17 (artistas e desportistas) na rede de tratados brasileira.	
Professores Responsáveis	Victor Borges Polizelli	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 16, 17 e 18.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 15, 16 and 17, p. 305-342, 639-644.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 15, 16 and 17, p. 507-544.</p>	
Leitura complementar	<p>A.P.B. Saunders & D.V.B. Cordeiro, O Artigo 15 da Convenção Modelo da OCDE e os Tratados Internacionais em Matéria Tributária no Brasil, in Estudos de Tributação Internacional (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2016), pp. 93-120.</p> <p>BELLAN, Daniel Vitor. Direito tributário internacional: rendimentos de pessoas físicas nos tratados internacionais contra a dupla tributação. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 219-224;375-388.</p> <p>BELLAN, Daniel Vitor. Artistas e desportistas: o artigo 17 da Convenção Modelo da OCDE e dos tratados brasileiros, in Revista de Direito Tributário Internacional (RDTI), nº 12, p. 77-134.</p>	



	PAMPERL, E. Chapter 3: The Constituent Elements of Article 16 of the OECD Model Convention in Article 16 of the OECD Model Convention: History, Scope and Future, Online Books IBFD, 2015.
--	--

AULA 6	TEMA DA AULA: Artigos 15, 16 e 17 dos ADTs brasileiros.	08.11.2024
Temas abordados	Rendimentos de emprego, remuneração de direção, artistas e desportistas.	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Seleção de artigos dos novos ADTs e preparação de tabela com análise comparativa dos art. 15 (rendimentos de emprego) e 17 (artistas e desportistas) na rede de tratados brasileira.	
Professores Responsáveis	Victor Borges Polizelli	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do International Bureau of Fiscal Documentation (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 16, 17 e 18.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 15, 16 and 17, p. 305-342, 639-644.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 15, 16 and 17, p. 507-544.</p>	
Leitura complementar	<p>A.P.B. Saunders & D.V.B. Cordeiro, O Artigo 15 da Convenção Modelo da OCDE e os Tratados Internacionais em Matéria Tributária no Brasil, in Estudos de Tributação Internacional (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2016), pp. 93-120.</p> <p>BELLAN, Daniel Vitor. Direito tributário internacional: rendimentos de pessoas físicas nos tratados internacionais contra a dupla tributação. São Paulo: Saraiva, 2010, pp. 219-224;375-388.</p> <p>BELLAN, Daniel Vitor. Artistas e desportistas: o artigo 17 da Convenção Modelo da OCDE e dos tratados brasileiros, in Revista de Direito Tributário Internacional (RDTI), nº 12, p. 77-134.</p>	



	PAMPERL, E. Chapter 3: The Constituent Elements of Article 16 of the OECD Model Convention in Article 16 of the OECD Model Convention: History, Scope and Future, Online Books IBFD, 2015.
--	--

AULA 7	TEMA DA AULA: Artigos 24 e 39 dos ADTs brasileiros.	22.11.2024
Temas abordados	Pensões, funções públicas, assistência na cobrança de tributos e membros de missões diplomáticas e postos consulares	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Seleção de artigos dos novos ADTs e preparação de tabela com análise comparativa do art. 24 (não discriminação) e aprimoramento da análise comparativa do art. 29 (direito a benefícios).	
Professores Responsáveis	Victor Borges Polizelli	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. <i>Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice</i> (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do <i>International Bureau of Fiscal Documentation</i> (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 25 e 30.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 24 and 29, p. 407-428, 519-604, 647-649, 651.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 24 and 29, p. 639-668, 816-909.</p>	
Leitura complementar	<p>A.J.Costa, Acordos para Evitar a Bitributação e a Cláusula de Não-Discriminação, in <i>Revista Dialética de Direito Tributário</i>, v. 6 (Dialética, 1996), pp. 7-10</p> <p>E.S. Gomes & D. Canen, O Artigo 24 da Convenção Modelo da OCDE e os Tratados Internacionais em Matéria Tributária no Brasil, in <i>Estudos de Tributação Internacional</i>, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 53-80;</p>	



	<p>H.T. Tôres, Capital Estrangeiro e Princípio da Não-discriminação Tributária no Direito Interno e nas Convenções Internacionais, in Revista Dialética de Direito Tributário, v. 87, pp. 35-53;</p> <p>R.J.S. Tavares, The “Active Trade or Business” Exception of the Limitation on Benefits Clause, M. Lang et al. eds., Linde Verlag 2016;</p>
--	--

AULA 8	TEMA DA AULA: Artigos 24 e 39 dos ADTs brasileiros.	06.12.2024
Temas abordados	Pensões, funções públicas, assistência na cobrança de tributos e membros de missões diplomáticas e postos consulares	
Metodologia	Análise crítica dos artigos dos ADTs brasileiros relativos aos temas da aula. Seleção de artigos dos novos ADTs e preparação de tabela com análise comparativa do art. 24 (não discriminação) e aprimoramento da análise comparativa do art. 29 (direito a benefícios).	
Professores Responsáveis	Victor Borges Polizelli	
Leitura obrigatória	<p>POLIZELLI, Victor Borges; FLÁVIO NETO, Luís. <i>Brazil: Global Tax Treaty Commentaries: Country Policy & Practice</i> (IBFD), 2ª edição. In: PISTONE, Pasquale; NOGUEIRA, João Félix Pinto; WHEELER, Joanna (Editores); MAESTRE, Cristian San Felipe (Coord.). Artigo brasileiro de obra coletiva mundial disponibilizada eletronicamente na plataforma do <i>International Bureau of Fiscal Documentation</i> (IBFD). Amsterdã: IBFD, 2022, itens 25 e 30.</p> <p>OECD (2017), Model Tax Convention on Income and on Capital: Condensed Version 2017, Commentary and positions on articles 24 and 29, p. 407-428, 519-604, 647-649, 651.</p> <p>United Nations Model Double Taxation Convention between developed and developing countries 2021, Commentary on articles 24 and 29, p. 639-668, 816-909.</p>	
Leitura complementar	<p>A.J.Costa, Acordos para Evitar a Bitributação e a Cláusula de Não-Discriminação, in Revista Dialética de Direito Tributário, v. 6 (Dialética, 1996), pp. 7-10</p> <p>E.S. Gomes & D. Canen, O Artigo 24 da Convenção Modelo da OCDE e os Tratados Internacionais em Matéria Tributária no Brasil, in Estudos de Tributação Internacional, v. 2 (A.P.B. Saunders et al., ed. Lumen Juris, 2018), pp. 53-80;</p>	



H.T. Tôres, Capital Estrangeiro e Princípio da Não-discriminação Tributária no Direito Interno e nas Convenções Internacionais, in Revista Dialética de Direito Tributário, v. 87, pp. 35-53;

R.J.S. Tavares, The “Active Trade or Business” Exception of the Limitation on Benefits Clause, M. Lang et al. eds., Linde Verlag 2016;

PROFESSORES

Professor Dr. Victor Borges Polizelli: Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Coordenador do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Direito Tributário Internacional do IBDT. Editor da Revista de Direito Tributário Internacional Atual do IBDT. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela Faculdade de Direito da USP. Graduado em Direito na FADUSP e Contabilidade na FEA-USP.

Sócio de KLA – Koury Lopes Advogados. Contatos: vpolizelli@ibdt.org.br / vpolizelli@klalaw.com.br

Professor Dr. Luís Flávio Neto Coordenador e Professor do Mestrado Profissional em Direito Tributário Internacional e Desenvolvimento do IBDT. Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP.

Sócio do escritório KLA Advogados. Contato: lflavioneto@klalaw.com.br / professorluisflavioneto@gmail.com

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Secretaria Acadêmica do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206, ramais 1110/1111

secretaria@ibdt.org.br

Biblioteca do IBDT

Rua Padre João Manuel, 755 – 4º andar Cerqueira César, São Paulo – SP – 01411-900

Horário de Atendimento: 9h às 18hs Telefone: (11) 3105-8206 r. 1104 e 1105

E-mail: biblioteca@ibdt.org.br e biblioteca2@ibdt.org.br

CORPO DIRETIVO

Ricardo Mariz de Oliveira
Presidente do IBDT

Prof. Dr. Luís Eduardo Schoueri
Pró-Reitor de Pós-Graduação





Prof. Dr. Luís Flávio Neto
Coordenador Acadêmico

Prof. Dra. Isabel Garcia Calich da Fonseca
Prof. Dr. Roberto Codorniz Leite Pereira
Coordenadores Assistentes

